

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA VISÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Laudicéia Fortunato Gusmão
Acadêmica do IFNMG - Campus Salinas
laufortunato17@hotmail.com

Lucas Diego Antunes Barbosa
Docente do IFNMG - Campus Salinas
lucas.barbosa@ifnmg.edu.br

Lilian Gleisia Alves dos Santos
Docente do IFNMG - Campus Salinas
liliangleisiasantos@gmail.com

Resumo:

O presente artigo teve como objetivo investigar a visão dos professores de Matemática sobre a educação inclusiva e os desafios encontrados por eles no que diz respeito à inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e às contribuições desse trabalho para a comunidade escolar. Através de pesquisa bibliográfica e de estudos feitos com os docentes, pode-se perceber que dentre as dificuldades encontradas estão, as salas superlotadas, que dificultam o atendimento individual, a falta de uma formação específica e a dificuldade de elaborar atividades que atendam o ritmo dos alunos e ao mesmo tempo estejam de acordo com o conteúdo a ser ensinado naquela série. Mas também foi possível perceber que com a inserção de alunos com NEE em salas regulares, contribui-se para a interação entre os educandos, estimulando o trabalho em grupo e o respeito às diferenças, promovendo a formação de cidadãos conscientes e de uma sociedade inclusiva.

Palavras-chave: inclusão escolar; ensino de matemática; ensino-aprendizagem

1. Introdução

Desde a época do Império iniciou-se no Brasil o atendimento de pessoas com necessidades especiais. Com o passar dos anos surgiram leis para assegurar a essas pessoas uma educação de qualidade, com respeito às suas especificidades, em escolas de ensino regular. Criando, com isso oportunidades de convívio, e de preparação para a vida em sociedade tanto para os alunos, quanto para os professores que, além disso, adquirem habilidades e experiência profissional ao trabalhar em meio à diversidade.

No entanto, a inclusão não é tão simples, isso porque as leis e o estado asseguram os direitos à educação, porém nem sempre disponibilizam ambiente, material e pessoal adequado e capacitado. Isso acaba por dificultar o trabalho dos professores, que na maioria das vezes sentem-se despreparados, por não terem nenhuma formação específica para lidar com esse tipo de discentes que possuem essas necessidades.

Diante do exposto, faz-se necessário questionar quais as dificuldades encontradas pelos professores ao trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais - NEE? O que pode contribuir para facilitar este trabalho? Quais as contribuições dessa inclusão para a comunidade escolar?

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é refletir sobre estas questões, relacionadas à inclusão, subsidiado por questionários respondidos por seis professores de Matemática de uma escola estadual do município de Salinas-MG, tendo como referência Stainback e Stainback (1999), Mittler (2003), Zabala (1998), dentre outros autores, que darão embasamento a essa discussão.

2. Um Breve Histórico da inclusão no Brasil

O atendimento às pessoas com deficiência iniciou-se no Brasil, na época do Império, a partir da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e do Instituto dos Surdos Mudos, em 1957. No ano de 1954 foi fundada a APAE (Associação de Pais e amigos dos Excepcionais) e em 1945 foi criado o atendimento educacional especial para as pessoas superdotadas na Sociedade Pestalozzi.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 4.024/61, em 1961, assegurou às pessoas com deficiência o direito à educação dentro do sistema geral de ensino. E em 1971, a Lei nº 692/71, alterou a LDBEN de 1961, definindo atendimento especial aos alunos que possuíam “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados” (BRASIL, 1971). Como resultado desta lei, esses alunos foram encaminhados às escolas especiais, pois no ensino regular não havia estrutura para atender os portadores de necessidades especiais.

Mais tarde em 1994, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial, fica estabelecida a inclusão de alunos que conseguem “desenvolver e acompanhar as atividades curriculares programadas no ensino comum, no mesmo ritmo dos alunos ditos normais” (BRASIL, 1994, p.17).

Coube, então, ao sistema de ensino assegurar a esses alunos uma educação de qualidade atendendo às suas necessidades específicas, determinada pela Resolução CNE/CEB nº 2/2001, das Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial, no artigo 2º, no qual regulamenta que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001)

Dessa forma, aos alunos, independente do tipo de necessidades as quais possuíam, foi possível assegurar o direito à matrícula no ensino regular e o atendimento desses educandos de acordo com suas necessidades especiais.

3. Pressupostos para a educação inclusiva

A palavra inclusão tem seu significado ligado a palavras como inserir e introduzir, no entanto, conforme Santos (2010, p.117) “mesmo que a inclusão, no contexto escolar, nos remeta à ideia de juntar, inserir, ela vai assumindo também outros significados”, dessa forma para uma educação inclusiva, o “incluir” deve ir além da etimologia da palavra, pois para que um educando esteja incluído numa escola, não basta apenas inseri-lo neste espaço, mas sim torná-lo um ser atuante e participativo naquele ambiente.

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão em atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. (MITTLER, 2003, p.16)

As escolas devem ser responsáveis pela verdadeira inclusão desses alunos, adequando-se às necessidades dos mesmos e preparando seus professores para receber e ensinar de forma a atender as especificidades de cada um. Além disso, o sistema de ensino deve fornecer condições necessárias para a aprendizagem dos educandos, conforme Dutra (2008, p.17), “os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos”, desde arquitetura e mobiliário da escola, até a comunicação e metodologia, bem como o aperfeiçoamento dos professores.

Isso porque, até mesmo a forma como o educador trabalha pode configurar uma forma de exclusão, de acordo com Mittler (2003, p.139):

O processo de exclusão educacional começa quando as crianças não entendem o que um professor está dizendo ou o que espera que elas façam. Ao saberem disso, os professores estão constantemente alertas para assegurar que situações como estas não aconteçam e para entrar em ação a fim de restabelecer a comunicação que parece ter sido rompida por qualquer razão. Porém mesmo quando as crianças estão atentas e ansiosas para aprender, haverá algumas delas para quem a lição ou a tarefa

p
parece muito difícil, até mesmo quando os professores a explicam de modo diferente ou a tornam mais fácil.

Assim, os docentes devem se manter atentos para que a inclusão não se torne exclusão e sim uma busca de caminhos que favoreçam a todos, sendo cautelosos e trabalhando de acordo com as dificuldades de cada aluno. E para desenvolver esse trabalho é importante que seja possível diagnosticar e conhecer as potencialidades, interesses e necessidades individuais e habilidades do aluno, objetivando desenvolver metodologias, atividades e avaliações que atendam o mesmo. Esse conhecimento poderá ser adquirido através de pessoas do convívio do aluno, pais, amigos e outros educadores que trabalham com esse aluno. (STAINBACK e STAINBACK, 1999).

Para que o professor possa realizar seu trabalho e contribuir com a aprendizagem de seus alunos, Pimentel (2012, p.142) salienta que:

[...] é necessário que o professor possua um conjunto de saberes que envolvem as epistemologias que fundamentam o ato de aprender, além de habilidades e competências sobre mediação pedagógica no processo de ensinar, possibilitando que aquilo que o estudante faz hoje com ajuda do professor, possa fazer amanhã, sozinho.

Esses conhecimentos, além de facilitarem o atendimento às necessidades dos alunos, poderão dar ao professor mais confiança, suporte e segurança para trabalhar com alunos com NEE.

4. Quanto aos desafios encontrados para a prática docente

A educação inclusiva, teoricamente não é algo fácil, realizá-la, então, não é uma tarefa simples. Pois, na prática, vários são os desafios encontrados pelos professores e demais integrantes da comunidade escolar. Os professores participantes da pesquisa lecionam em escolas públicas no município de Salinas-MG, e possuem formação em licenciatura em Matemática. Dentre os seis professores pesquisados quatro declararam trabalhar ou já terem trabalhado com alunos com necessidades especiais, e declararam não possuir formação profissional referente à educação inclusiva.

Assim, todos disseram não se sentirem preparados para trabalhar com alunos que possuem NEE e um dos motivos citados foi justamente quanto à necessidade de uma formação específica para lidar com esses educandos. Como pode ser visto nas respostas dos professores quando questionados sobre as dificuldades encontradas em relação ao ensino de Matemática, dois dentre os seis participantes, assinalaram a resposta:

Acredito que seja necessária uma formação adequada para se trabalhar com esse tipo de aluno. (Professor 3 e Professor 5)

E quando foi questionado especificamente sobre as dificuldades encontradas em relação ao trabalho juntamente aos alunos com NEE, um dos professores respondeu o seguinte:

“A maior dificuldade é não ter uma formação voltada para esse perfil de aluno”. (professor 1)

Nesse sentido, isso ocorre, de acordo com Mittler (2003, p.184) “devido à falta de oportunidade e, em parte, ao mito existente há muito tempo acerca da especialização das necessidades especiais que os fazem acreditarem que a capacitação especializada é um requisito para a inclusão”. Especialização ou o aperfeiçoamento seria excelente para facilitar o trabalho do professor com esses alunos, mas não significa que seja um requisito, pois na bagagem de cada professor, estão as ferramentas necessárias para o ensino inclusivo, o que lhes falta é confiança em seu trabalho. Porém, esses docentes têm o direito a um desenvolvimento profissional e a uma capacitação que irá prepará-los para o trabalho com todas essas crianças (MITTLER, 2003).

Nessa ótica, Prieto (2006, p. 57), concorda com a questão do direito à formação específica quando diz que:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Cabe salientar que, o sistema de ensino deve assegurar essa especialização a todos os professores, e não considerar que esse conhecimento seja privilégio de uns poucos “especialistas”, já que é assegurada a inserção de alunos com NEE em salas de aulas regulares. Sendo assim, todos os professores devem possuir uma formação para melhor atendê-los, pois nem sempre existirão professores de apoio para o fazerem.

Outro ponto destacado pelos docentes, ainda quanto aos desafios do trabalho, é que os alunos devem ser instruídos individualmente por uma professora de apoio em uma sala de aula especial, pois não há condições para que eles possam se desenvolver sem um atendimento especializado de acordo com suas necessidades.

E, quando questionados sobre as dificuldades em trabalhar com alunos com NEE e em relação à inclusão como algo bom ou ruim para ambos os alunos da turma, os professores novamente citaram as professoras de apoio, como se pode perceber nas falas abaixo:

É de extrema importância contar com o apoio de um professor especializado, favorecendo o acompanhamento deste aluno juntamente com os outros. (professor 2)

Pelo fato deles exigirem uma atenção maior do docente, eu apenas considero a inclusão algo bom, se houver um professor de apoio. (professor 4)

Mas de acordo com Stainback e Stainback (1999, p.25):

O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado e de pedagogos qualificados, experiências educacionais apropriadas e ferramentas e técnicas especializadas das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços de que necessitam, mas em ambientes integrados, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades.

Dessa forma, somente salas apropriadas e profissionais especializados, não irão garantir uma educação inclusiva uma vez que isso configura, de certa forma, uma exclusão camuflada. Na verdade para o ensino inclusivo é necessária a interação com os demais alunos ditos “normais”. E um aprimoramento das habilidades já possuídas pelos professores, o que não chega a ser uma formação especial.

Quanto ao ensino de Matemática, as maiores dificuldades apontadas pelos professores foram:

Turmas muito cheias, o que dificulta o atendimento individualizado com estes alunos. (professor 2)

Outro grande problema é não poder atendê-lo individualmente com salas superlotadas. (professor 1)

Essas dificuldades na verdade, representam um grande desafio não só em relação ao trabalho com alunos com NEE, mas em relação a todos os educandos.

Para facilitar esse atendimento individual Zabala (1998, p.93) sugere:

Procurar fórmulas organizativas que permitam a atenção individualizada, o que implica o planejamento estruturado de atividades em pequenos grupos, ou individualmente, para que exista a possibilidade de atender a alguns alunos enquanto os demais estão ocupados em suas tarefas. Tudo isso deve permitir a individualização do tipo de ajuda, já que nem todos aprendem da mesma forma nem no mesmo ritmo e, portanto tampouco o fazem com as mesmas atividades.

Realmente organizar a sala de aula em grupos e propor atividades que possam ser realizadas nesses grupos ou individualmente, poderá facilitar o atendimento individual, além de promover a interação entre os alunos. E os grupos, desde que organizados de forma heterogênea, podem contribuir para que os alunos se ajudem mutuamente já que uns abstraem o conteúdo mais que outros.

Ainda em relação ao ensino de Matemática, outra dificuldade citada foi:

*Elaboração de atividades que atendam o CBC¹
e ao mesmo tempo dentro das limitações destes alunos. (Professor 2)*

E de acordo com Zabala (1998, p.36):

Sem dúvida, é difícil conhecer os diferentes graus de conhecimento de cada menino e menina, identificar o desafio de que necessitam saber que ajuda requerem e estabelecer a avaliação apropriada para cada um deles a fim de que se sintam estimulados a se esforçar em seu trabalho. Mas o fato de que custe não deve nos impedir de buscar meios ou formas de intervenção que, cada vez mais, nos permitam dar uma resposta adequada às necessidades pessoais de todos e cada um de nossos alunos.

Nesse contexto, identificar e elaborar atividades que atendam às necessidades de cada discente, seu ritmo de aprendizagem e suas limitações, e que ainda estejam de acordo com a série em que o aluno esteja matriculado e o que é exigido na base curricular, é um desafio. Mas não é por isso que deverá deixar de ser feito, o docente pode buscar subsídios para contribuir no processo de ensino-aprendizagem efetivo que atenda às necessidades de cada aluno.

5. Quanto às possibilidades proporcionadas por uma prática inclusiva

Por meio da inclusão de alunos com NEE, nas escolas e classes de ensino regular, a escola oportuniza um ambiente rico em aprendizado e experiências para os alunos, professores e demais membros da comunidade escolar além de trazer benefícios para toda a sociedade.

Nesse ângulo, a educação inclusiva contribui para a formação do aluno como cidadão, construindo valores de igualdade perante a sociedade, proporcionando a interação entre os educandos com ou sem deficiências. Desenvolve também uma maior sensibilidade no aluno, para que este possa compreender e respeitar as diferenças e semelhanças de cada um, além de ser uma grande oportunidade para os professores aprimorarem seus conhecimentos e suas didáticas aprendendo a lidar com as mais diversas situações em sala de aula. (STAINBACK e STAINBACK, 1999)

O que se pode verificar é que uma escola inclusiva requer mudanças na prática pedagógica dos professores que por consequência contribuirão para um melhor desempenho dos alunos, de acordo com Marques e Marques (2003, p.237):

O professor assume-se como um mediador na construção do conhecimento, e não mais como um mero transmissor de conteúdos estanques e desvinculados da realidade. Os alunos sentem-se mais motivados, participativos, exercitando o

¹ Conteúdos Básicos Comuns

d
diálogo e a criatividade, atuando como co-autores de uma escola formadora de cidadãos críticos e autônomos.

Na verdade, para trabalhar com alunos que possuem NEE, o professor terá que reinventar sua prática, procurando novas metodologias e recursos didáticos que sejam inovadores, atuando como mediador no processo de aprendizagem e fazendo dos alunos partícipes desse processo de ensino-aprendizagem e não só meros receptores. Estimulando assim o interesse, a interação e a criatividade desses alunos especiais além de contribuir para o desenvolvimento da sua autonomia.

Nesse contexto, em relação aos benefícios ou malefícios da inclusão para todos os alunos de uma turma, um dos professores pesquisados, deu a seguinte resposta:

“É interessante que inclua estes alunos no espaço amplo de aprendizagem, uma vez que favorece a socialização, a auto-estima e o conhecimento”. (Professor 2)

E nesse sentido, conforme Stainback e Stainback (1999), a interação não somente trará benefícios para os educandos com deficiência, mas para todos, contribuindo, tanto para a formação acadêmica, quanto social.

Dessa forma uma escola inclusiva, não contribui apenas para os que nela atuam, mas também reflete na sociedade, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva, em que existe lugar para todos, e onde não há lugar para a intolerância (RABELO e AMARAL, 2003).

6. Considerações Finais

Ao fim dessa pesquisa foi possível perceber as inúmeras dificuldades encontradas para se promover uma educação inclusiva, mas também a contribuição da mesma, tanto no âmbito escolar como social, promovendo o respeito mútuo e o direito a todos de ter uma educação de qualidade.

Por meio das observações e leituras realizadas, tornou-se claro que apenas a inserção de um aluno com NEE numa instituição, não significa que se está realizando a inclusão. Esta, na verdade só se configura a partir do momento que se proporciona ao discente a oportunidade de se desenvolver e de se tornar um sujeito ativo na escola e no seu processo de aprendizagem, responsabilidade esta que cabe a toda à comunidade escolar.

Em relação aos professores pesquisados a maioria declarou não possuir uma formação específica e nem aos menos ter cursado alguma disciplina relacionada a este assunto. Ter uma formação específica para se trabalhar com alunos com NEE, além de necessário para atuação profissional, é um elemento facilitador para relacionamento e para se realizar o trabalho com esse público. No entanto, não possuir essa formação não deve representar um empecilho ou uma desculpa para não se desenvolver um trabalho de forma a atender a todos e proporcionar uma aprendizagem efetiva.

Para as dificuldades de se prestar atendimento individual em salas lotadas e de se preparar atividades de acordo com o ritmo de aprendizagem discente, algumas alternativas poderiam ser: organizar a sala em pequenos grupos, facilitando o atendimento e promovendo a interação entre os alunos. Isso no intuito de que uns ajudem os outros, estimulando o interesse pela aprendizagem e o respeito às diferenças.

Por fim, conclui-se que a educação inclusiva só tem a contribuir para o desenvolvimento dos professores, dos alunos, da escola e da sociedade como um todo, promovendo o aprimoramento das habilidades dos professores, formando cidadãos críticos e reflexivos, e ainda, criando uma escola e sociedade voltadas para a inclusão.

7. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Lei Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 04 de Janeiro de 2016.

DUTRA, Cláudia Pereira et al. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Disponível em: < http://ada.mec.gov.br/bitstream/handle/123456789/58/02_Politica_Nacional_2008.pdf?sequence=1>. Acesso em 04 de janeiro de 2016.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Traduzido por Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MARQUES, Carlos Alberto. MARQUES, Inez Janaina de L.. A formação de professor para a inclusão escolar: questões curriculares do curso de Pedagogia. In: LISITA, Verbena M. S. de S. SOUZA, Luciana F. E.C.P. **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de Professores para a Inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães, FILHO, Teófilo Alves Galvão (orgs). **O Professor e a educação inclusiva: Formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em : <
http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2014.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

RABELO, Anneti Scotti. Amaral, Luciana Pacheco. Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão. In: LISITA, Verbena M. S. de S. SOUZA, Luciana F. E.C.P. **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Iolanda Montano dos. **Inclusão escolar e a educação para todos**. 2010. 210f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

STAINBACK, Susan. STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Traduzido por Marda França Lopes. -Porto alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: Como Ensinar**. Tradução Ernani F.da F. Rosa.- Porto Alegre: Artmed 1998.